MAIS IDH

MINHA CASA, MEU MARANHÃO

RESULTADOS E IMPACTOS



FAPEMA

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEPLAN
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

IMESC
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos



GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Vinicius Ferro Castro

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS
José de Ribamar Carvalho dos Santos

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Rafael Thalysson Costa Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS
Marlana Portilho Rodrigues Santos

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS
Raphael Bruno Bezerra Silva

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS
Anderson Nunes Silva

COORDENAÇÃO
Departamento de Estudos Populacionais e Sociais

ELABORAÇÃO
Enaire de Mara Sousa da Silva
Lays Alves Rodrigues
Maysa Thaís Teixeira Póvoas
Talita de Sousa Nascimento Carvalho

APOIO TÉCNICO
Paulo de Martino Jannuzzi
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)
Secretaria Adjunta de Promoção do Índice de Desenvolvimento Humano (SAPIDH)

REVISÃO TEXTUAL
Yamille Castro
Larissa Martins

NORMALIZAÇÃO
Dyana Pereira

DIAGRAMAÇÃO
Carliane Sousa
Herbet Machado

CAPA
Carliane Sousa
Herbet Machado

APRESENTAÇÃO

O Mais IDH é um plano de governo que tem por objetivo reduzir a extrema pobreza e as desigualdades sociais no meio urbano e rural dos 30 municípios de menor IDH no Maranhão, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. A iniciativa foi desenhada com foco nos 30 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Maranhão.

Este documento, viabilizado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), apresenta as avaliações de resultados e impactos de 13 programas do Plano Mais IDH, realizadas a partir de contribuição efetiva empreendida entre as equipes do IMESC, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), da Secretaria Adjunta de Promoção do Índice de Desenvolvimento Humano (SAPIDH) e do apoio dos órgãos responsáveis pela execução dos respectivos programas tratados nesta avaliação.

O esforço de avaliar políticas públicas do próprio estado sinaliza e reforça o compromisso, estabelecido a partir de 2015, que o Governo Estadual tem de melhorar suas políticas e aprimorar os serviços públicos implementados junto ao Plano Mais IDH. Assim sendo, as avaliações presentes nestes 13 relatórios buscam traçar e documentar os desenhos das políticas, as conquistas do Plano Mais IDH, seus pontos de atenção e sugestões de melhoria e desenvolvimento.

1. Apresentando o Programa Minha Casa, Meu Maranhão

1.1 O que é o programa?

O Programa Minha Casa, Meu Maranhão (PMCMM) é uma das primeiras iniciativas do Plano Mais IDH e consta no Caderno de Projetos do Plano desde o ano de 2015. A iniciativa teve como meta realizar entrega de casas para famílias que residiam em estruturas inadequadas, localizadas nas zonas rurais de 22 municípios do Plano Mais IDH. O programa complementou outros programas do Governo Federal e do Governo Estadual, concedendo habitações dignas para a população que reside na zona rural do estado, uma vez que a área apresenta elevado déficit habitacional.

A **coordenação do Programa,** durante o período de 2016 a 2021, ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) e, desde 2021, pela Secretaria de Estado de Governo (SEGOV). O objetivo do programa é "prover o acesso a habitabilidade digna para a população rural, visando à melhoria da sua qualidade de vida". (MARANHÃO, 2016).

O **público-alvo do Programa** são "agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta anual de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e residentes em moradias com pouca ou nenhuma condição de habitabilidade, nas zonas rurais dos quinze municípios contemplados, inicialmente, pelo projeto". (MARANHÃO, 2016). A metodologia de implantação do Programa considerou os seguintes requisitos na seleção de beneficiários: a) Ter Renda Bruta Anual de até R$ 15.000,00; b) Residir na zona rural dos municípios; c) Ser agricultor familiar e trabalhador rural; d) Pertencer à família em que haja pessoas com deficiência ou idosas; e) Não ter moradia ou possuir casa com material de taipa, coberta de palha; f) Possuir mulheres como chefes de família.

Para **operacionalizar o Programa** foi considerado o intuito de aproveitar a mão de obra local, com promoção de ações de qualificação profissional com objetivo de gerar empregos e renda durante a execução do Programa nos municípios. Os municípios beneficiados pelo PMCMM foram: Afonso Cunha, Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Amapá do Maranhão, Araioses, Belágua, Brejo de Areia, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Governador Newton Bello, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Milagres do Maranhão, Pedro do Rosário, Santa Filomena do Maranhão, Santana do Maranhão, São João do Carú, São João do Soter, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Satubinha e Serrano do Maranhão. Inicialmente, foi prevista a construção de 1.500 unidades habitacionais em 15 municípios e 50 povoados. Posteriormente, o programa beneficiou mais sete municípios, ampliando a meta para 2.266 unidades habitacionais e 82 povoados beneficiados.

1.2 Legislações e atos normativos

Art. 6º da Constituição Federal: estabelece a moradia como um direito social;

Decreto n.º 36.450/2020: regulamenta o Eixo Minha Casa Melhor do Programa "Minha Casa, Meu Maranhão/Cheque Minha Casa";

Decreto n.º 36.478/2021: altera o Decreto n.º 36.450, de 30 de dezembro de 2020, que regulamenta o Eixo Minha Casa Melhor do Programa "Minha Casa, Meu Maranhão/Cheque Minha Casa".

1.3 Linha do tempo

- **Lei n.º 10.506/2016:** institui, no âmbito do Programa "Minha Casa, Meu Maranhão", o "Cheque-Minha Casa";
- **Lei n.º 10.859/2018:** regulamenta a Lei n.º 10.506/2016.

2. Metas, resultados e impactos do PMCMM:

A avaliação foi feita a partir do projeto executivo do Programa (MARANHÃO, 2016), que serviu como base para elaboração do Mapa de Processos e Resultados (MaPR), e consequente construção de uma visão sistemática do programa, evidenciando seus produtos, resultados e impactos previstos. (**Figura 1**).

Figura 1: Mapa de Processos e Resultados do Programa Minha Casa, Meu Maranhão

Recursos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos
• Execução da SECID e SEGOV; • Orçamento do FUMACOP.	• Contratação de empresa para a execução das obras e do Projeto Técnico Social; • Seleção das famílias; • Inserção de um membro da família na ação de capacitação de geração de trabalho e renda; • Execução e fiscalização das Obras; • Ações de Educação Sanitária; Ambiental e Patrimonial; e Financeira; • Ações de Pós-ocupação.	• Casas construídas; • Capacitação de mão de obra local.	• Famílias em moradias adequadas; • Mão de obra local contratada para a construção das casas.	• Redução do déficit habitacional.
Público-alvo: Agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta anual de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e residentes em moradias com pouca ou nenhuma condição de habitabilidade nas zonas rurais; **Cobertura:** 22 municípios.		**Pressupostos** • Garantia de infraestrutura que permita acessibilidade aos povoados contemplados.		

2.1 Metas[1]

• Construir 2.266 unidades habitacionais em 22 municípios;

• Realizar atividades socioeducativas com todas as famílias contempladas;

• Realizar capacitação em Geração de Trabalho e Renda com pelo menos um membro de cada família contemplada.

2.2 Resultados e impactos

A partir do MaPR, elaborou-se uma Plano de avaliação para os resultados e impactos do Programa, onde foi possível identificar a abordagem, o direcionamento e a metodologia da avaliação. (**Quadro 1**).

Quadro 1: Plano de Avaliação do Programa Minha Casa, Meu Maranhão

<table>
<tr><th>COMPONENTE</th><th>ABORDAGEM</th><th>DESCRIÇÃO</th><th>AVALIAÇÃO</th><th>METODOLOGIA</th><th>OBSERVAÇÕES</th></tr>
<tr><td>Resultados</td><td>Quantitativa e qualitativa</td><td>• Famílias em moradias adequadas;
• Mão de obra local contratada para a construção das casas.</td><td rowspan="2">• Pesquisa sobre as novas condições de moradia das famílias beneficiadas;
• Pesquisa sobre a quantidade de famílias beneficiadas;
• Pesquisa sobre quantidade de beneficiários contratados na realização das obras.</td><td rowspan="2">• Aplicação de roteiro de entrevista semiestrutura-da às famílias beneficia-das sobre a nova moradia;
• Aplicação de roteiro de entrevista semiestrutura-da às famílias beneficia-das sobre a contratação de membro familiar para participação nas obras;
• Levantamento de dados do monitoramento do programa sobre quantidade de casas entregues.</td><td rowspan="2">No modelo de entrevista já existente não há nenhum tópico ou pergunta referente à contratação de beneficiários para a construção das casas. Apesar de ser mencionado que isso aconteceu em algumas famílias, torna-se necessário readequar as próximas entrevis-tas, com o objetivo de determinar esse resultado em específico. No que se refere aos demais resultados e suas respectivas metodologias, todos já foram tratados na primeira etapa da avaliação.</td></tr>
<tr><td>Impactos</td><td>Quantitativa e qualitativa</td><td>• Redução do déficit habitacional;</td></tr>
<tr><td colspan="3"></td><td>• Pesquisa sobre as alterações do déficit habitacional;</td><td>• Levantamento de dados referentes ao indicador de déficit habitacional;</td><td>Os dados serão coletados em bases oficiais.</td></tr>
</table>

Fonte: elaborado por Imesc, a partir do Caderno de Projetos do Plano Mais IDH (MARANHÃO, 2016) com metodologia de Jannuzzi (2016).

No quesito referente às **famílias em moradias adequadas**, foi observado que até março de 2022, haviam sido concluídas e entregues 2.074 unidades habitacionais em 15 municípios do Plano Mais IDH, outras 193 estavam em fase de execução, o que totaliza 2.267 novas residências até o final do ano de 2022. A meta foi alcançada em 17 municípios, como consta na **Tabela 1**.

No período de 2010 a agosto de 2020, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), atual Programa Casa Verde e Amarela do Governo Federal, entregou 2.876 unidades habitacionais em 25 municípios do Plano Mais IDH, quantidade superior ao PMCMM. Contabilizando os dois Programas, residências entregues e em execução, 28 municípios foram beneficiados com 5.143 novas unidades habitacionais no Plano Mais IDH. (**Tabela 1**)

[1]As metas serão analisadas a partir da discussão dos impactos e resultados pontuados a seguir.

Tabela 1: Número de unidades habitacionais entregues pelo PMCMV nos municípios do Mais IDH

Unidade Territorial	PMCMV			PMCMM			PMCMV + PMCMM
	Total	Urbano	Rural	Total	Concluído	Em execução	
Mais IDH	2.876	1.111	1.765	2.267	2.074	193	5.143
Afonso Cunha	-	-	-	100	-	100	100
Água Doce do Maranhão	70	70	-	100	100	-	170
Aldeias Altas	110	110	-	102	102	-	212
Amapá do Maranhão	45	45	-	100	100	-	145
Araioses	1	1	-	100	100	-	101
Arame	100	100	-	-	-	-	100
Belágua	30	30	-	96	96	-	126
Brejo de Areia	21	21	-	117	117	-	138
Cajari	-	-	-	108	108	-	108
Centro Novo do Maranhão	44	44	-	-	-	-	44
Conceição do Lago-Açu	54	54	-	100	100	-	154
Fernando Falcão	-	-	-	-	-	-	0
Governador Newton Bello	20	20	-	96	96	-	116
Itaipava do Grajaú	69	69	-	-	-	-	69
Jenipapo dos Vieiras	1.040	-	1.040	-	-	-	1.040
Lagoa Grande do Maranhão	241	68	173	100	100	-	341
Marajá do Sena	69	69	-	100	100	-	169
Milagres do Maranhão	18	18	-	108	95	13	126
Pedro do Rosário	126	99	27	100	59	41	226
Primeira Cruz	30	30	-	-	-	-	30
Santa Filomena do Maranhão	70	70	-	100	100	-	170
Santana do Maranhão	40	40	-	100	94	6	140
Santo Amaro do Maranhão	-	-	-	-	-	-	0
São Francisco do Maranhão	53	53	-	-	-	-	53
São João do Carú	-	-	-	115	82	33	115
São João do Soter	171	15	156	100	100	-	271
São Raimundo do Doca Bezerra	44	44	-	118	118	-	162
São Roberto	104	5	99	107	107	-	211
Satubinha	88	-	88	100	100	-	188
Serrano do Maranhão	218	36	182	100	100	-	318

Fonte: MDR/ Secretaria Nacional de Habitação
Nota: Dados referentes ao período de 2010 a agosto de 2020.

Vários problemas foram enfrentados para a implementação desse Programa. O maior desafio foi a localização dos beneficiários na zona rural, visto que o acesso era dificultado pelas estradas ruins, como pontuado por um dos responsáveis pelo Programa na SECID: “geralmente povoados com acesso precário, muito, mas muito ruim mesmo, então não é qualquer carro que entra. Às vezes o acesso não permitia um caminhão entrar com tijolo, com cimento. A dificuldade de chegar com material era imensa, então as construtoras, as empresas, que iam para lá tinham muito essa dificuldade. Era até mesmo um gasto a mais que não estava previsto em contrato, porque o caminhão que ia deixar tinha que deixar o material na sede do município, e de lá a empresa pagava alguém com um carro menor, dificuldades que atrapalharam e muito a celeridade da obra”.



Além disso, o período de chuvas foi outro fator responsável pelos atrasos na obra, como explicado pelo mesmo técnico: “Então a gente sabe que no Maranhão chove praticamente seis meses no ano. Em época de chuva, era muito difícil construir, porque chovia e o acesso cortava logo, aí não passava nada, nem carro pequeno, nem moto, então era muito difícil”.

O cadastro das famílias beneficiárias também foi um desafio enfrentado pela equipe executora: “quando as assistentes sociais, as equipes sociais foram e explicaram realmente para a comunidade o que ia chegar ali, praticamente ninguém acreditou. Então era um povo muito calejado de anos, de mentiras, de promessas, então ninguém acreditou: ‘Ah, isso é só mentira, só promessa’. Mas, acabou que a maioria deu o nome. Teve gente que não acreditou e nem deu o nome para o Programa e se arrependeu depois, perdeu por causa da incredibilidade, então teve esse ponto”.

Outra dificuldade, de menor dimensão, que surgiu durante a implementação do Programa, foi a demolição da antiga casa. Segundo o técnico da SECID: “todas as pessoas que foram beneficiadas moravam em casa de taipa antes do Programa, casa de palha, barro, tudo ou então nem casa tinha, nenhuma, nem de taipa. As casas de taipa que eles tinham, algumas até realmente grandes, porque o povo de interior gosta de casa grande, precisam de casas grandes, geralmente os terrenos são grandes, as famílias são grandes, porque culturalmente é o que acontece. E o nosso projeto, nossa proposta, a gente não tem como dar uma casa grande para todo mundo, então em alguns casos a gente teve essas dificuldades porque as pessoas não queriam demolir as

suas casas para colocar uma casa menor, por mais que a casa menor fosse mil vezes melhor do que a outra. Aí teve gente que não derrubou, inclusive, que construiu do lado: 'essa minha casinha aqui vai ficar para eu colocar alguma coisa', e aí construiu do lado. Tem muita gente que é apegado, que estava na casinha há 20 anos, 30 anos, aí para você se desfazer assim é até um pouco difícil. Mas foram poucos os casos que funcionaram assim, em relação ao geral, de uma maneira geral houve uma adesão tranquila, e quem não quer ganhar uma casa nova, com cerâmica, com telhado decente, energia, com água, com tudo?".

Mesmo em meio às dificuldades e aos atrasos na conclusão e entrega das obras, os responsáveis pelo Programa acreditam que ele influenciou na redução do déficit habitacional nos municípios beneficiados.

Sobre a **mão de obra local contratada para a construção de casas**, dentre outros resultados previstos pelo PMCMM, estão aquelas ações de ordem so-cioeconômica antevistas durante a execução do Programa, tais como a capacitação para geração de trabalho e renda com pelo menos um membro de cada família contemplada. Segundo o Supervisor do Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, em todos os 30 municípios integrantes do Plano Mais IDH, foram realizadas as ações de conscientização por equipes técnicas estaduais, bem como a utilização de mão de obra local, com a finalidade de gerar emprego e renda na região durante o período da execução do Programa.

Foi confirmado pelos beneficiários que houve, de fato, a utilização de mão de obra local. O esposo e o filho de duas beneficiárias entrevistadas estavam ocupados em obras no período da viagem de campo. "[...] Na minha casa tem um filho meu. Tá ajudando ainda. Ainda pegou um salário. Tá pra outro povoado". A outra, cuja casa antiga havia caído com a chuva, relatou: "[...] além da gente ter participado do Programa pra ter a casa, muitos tiveram serviços, deram serviço, não tem? Participaram das construções, até hoje meu marido ainda tá continuando no trabalho [...] Ele trabalhou em muitas casas aí [...] gostaram dele



demais que levaram ele.”

No que diz respeito a possíveis melhorias na implantação do Programa, o tamanho da casa foi apontado de maneira quase unânime pelos beneficiários: “Eu acho assim que, na parte assim do tamanho, porque aqui as famílias do interior sempre são grandes, né? Por isso que muitas casas logo no começo foram mexidas, teve muitas famílias que mexeram logo, aumentaram pra trás, fizeram mais quarto, fizeram uma cozinha maior, entendeu? Nessa parte assim”. Outra beneficiária comentou ainda: “Rapaz, se fosse pra botar mais dois quartos, era bom”.

Para que esse resultado fosse atingido, muitas dificuldades tiveram de ser superadas. Uma delas, citada por um dos responsáveis pelo Programa na SECID, foi a contratação de mão de obra local: “a própria mão de obra, uma outra dificuldade aqui também. Nós colocamos para as nossas empresas, e conseguimos que a mão de obra de cada município deveria ser local. Então além de levar os benefícios das casas, nós levamos também o benefício da renda, nós geramos renda para centenas de pessoas. Mas a mão de obra qualificada era uma dificuldade para levar para lá, entendeu? Então as construtoras tinham dificuldade nisso também. Teve empresa que desistiu, que não aguentou esse tanto de demora, prejuízo de tempo, tudo. E aí a gente teve que fazer distrato do contrato, fazer contrato de novo, trocamos várias empresas”.



Centrando a análise na redução do Déficit Habitacional, em 2010, o Maranhão era o quinto estado do país com maior número de domicílios em déficit habitacional absoluto, com 451.715 domicílios. Em termos relativos, era o primeiro maior do país, com 27,3% dos seus domicílios nessa condição (FJP, 2013).

Nos municípios do Mais IDH, a quantidade de domicílios em situação de défi-cit era de 36.395, a maior parte desses domicílios estavam localizados na zona rural (26.636), sendo composta por domicílios precários (29.505). Apenas em Amapá do Maranhão, o número de moradias em déficit na zona urbana (394) foi maior que o número registrado na zona rural (105) (**Tabela 2**). Tendo em vista esse quadro, o PMCMM foi destinado à zona rural dos municí-pios do Mais IDH.

Tabela 2: Déficit habitacional absoluto por faixas de rendimento e tipo de clientela

Município	Total	Absoluto		Relativo		Componentes – Absoluto			
		Urbano	Rural	Urbano	Rural	Domicílios Precários	Coabitação Familiar	Ônus excessivo com aluguel	Adensamento excessivo de domicílios alugados
Maranhão	451.715	226.847	224.868	21,1	38,8	277.341	132.616	31.899	9.859
Mais IDH	36.395	9.759	26.636	28,9	44,6	29.505	6.319	418	154
Outros 30 de menor IDH	52.582	18.941	33.641	30,4	49,3	41.936	9.477	893	276
Demais municípios	362.738	198.147	164.591	20,3	36,4	205.900	116.820	30.588	9.429
Afonso Cunha	573	131	442	17,8	77,6	485	83	0	6
Água Doce do Maranhão	426	119	306	15,7	15,6	164	262	0	0
Aldeias Altas	3.374	1.484	1.890	43,9	78,6	2.898	412	26	37
Amapá do Maranhão	499	394	105	34,6	28,9	377	110	9	3
Araioses	1.946	423	1.524	14,1	21	1.044	797	72	33
Arame	3.469	1.008	2.461	34,6	61,2	2.789	530	129	21
Belágua	234	63	171	4,8	10,1	135	95	4	0
Brejo de Areia	363	160	203	23,6	34	294	67	2	0
Cajari	2.124	231	1.893	21,3	58,8	1.838	272	9	5
Centro Novo do Maranhão	1.166	346	819	25,9	31,4	930	214	16	6
Conceição do Lago-Açu	1.437	535	903	32,9	52,7	1.219	203	6	9
Fernando Falcão	536	44	492	11,9	32,6	483	49	5	0
Governador Newton Bello	1.264	365	899	34,5	50,7	1.064	195	5	0
Itaipava do Grajaú	1.652	415	1.237	40,9	54,6	1.465	158	29	0
Jenipapo dos Vieiras	1.235	75	1.160	10,9	39,3	1.092	138	5	0
Lagoa Grande do Maranhão	841	326	515	25	46,8	664	151	25	0
Marajá do Sena	1.199	61	1.138	23,5	75,9	1.101	86	9	3
Milagres do Maranhão	349	56	293	13,8	21	195	149	3	3
Pedro do Rosário	2.821	590	2.231	43,1	56,5	2.390	414	10	8
Primeira Cruz	1.182	191	991	19,6	49,4	989	193	0	0
Santa Filomena do Maranhão	387	98	289	16,9	24,7	284	85	16	2
Santana do Maranhão	337	38	299	8,2	14,8	86	246	6	0
Santo Amaro do Maranhão	1.227	143	1.085	18,4	59,5	984	244	0	0
São Francisco do Maranhã	1.002	144	858	12,4	40,4	857	131	14	0
São João do Carú	1.206	579	627	42,5	50,3	945	251	4	6
São João do Soter	1.883	694	1.190	43	44,9	1.615	263	5	0
São Raimundo do Doca Bezerra	516	79	437	18,8	44,9	444	66	0	6
São Roberto	595	223	372	34,3	55,9	462	118	9	5
Satubinha	1.008	247	761	28,2	46,9	829	179	0	0
Serrano do Maranhão	1.542	497	1045	44,9	64,1	1.383	159	0	0

Fonte: Fundação João Pinheiro

Não há indicadores atualizados sobre o déficit habitacional no âmbito municipal, apenas para no estadual. As informações disponibilizadas as seguir, são calculadas a partir de uma metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP), que utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

O Maranhão apresentou uma redução de 38.378 domicílios em situação de déficit habitacional no período de 2016 a 2019, eram 367.873 unidades habitacionais em situação de déficit em 2016 e caiu para 329.495 em 2019. Em termos relativos, o déficit passou de 17,9% para 15,2%, como mostra a Tabela 3. O Estado apresentou a segunda maior redução do déficit relativo, ficando atrás somente de Rondônia. Acredita-se que a atuação conjunta entre o PMCMV e o PMCMM influenciou significativamente na redução do déficit habitacional do estado.

Devido à magnitude da redução, o Maranhão deixou de ser o estado com maior déficit relativo do Brasil e passou a ocupar o segundo lugar. O maior avanço se deu na zona rural, com a redução de 29.409 unidades em déficit (**Tabela 3**).

Tabela 3: Déficit habitacional absoluto, por situação de domicílio, e déficit habitacional relativo, Maranhão – 2016 a 2019

ANO	MARANHÃO				Rank Nacional
	Total	Urbano	Rural	Total Relativo (%)	
2016	367.873	173.456	194.417	17,9	1º
2017	372.893	182.404	190.489	17,9	1º
2018	365.971	178.031	187.940	17,4	1º
2019	329.495	164.486	165.008	15,2	2º
2019-2016	**-38.378**	**-8.970**	**-29.409**	**-3**	**-**

Fonte: IBGE/PNAD Contínua

Ao realizar a análise por componentes, foi possível verificar no Maranhão a maior redução no número de habitações em situação precária, mais precisamente na quantidade de domicílios rústicos, com redução de 50.966 domicílios no período de 2016 a 2019.

Os domicílios cômodos também registraram redução (-6.168). Por outro lado, os domicílios improvisados e as unidades familiares conviventes apresentaram crescimento, como mostra a **Tabela 4**.

Tabela 4: Déficit habitacional por componentes no Maranhão – 2016 a 2019

ANO	Total absoluto	Componentes						
		Habitação precária			Coabitação			Ônus excessivo com aluguel
		Domicílios Rústicos	Domicílios Improvisados	Total Habitação Precária	Unidades Familiares Conviventes	Domicílio Cômodo	Total Coabitação	
2016	367.873	197.499	49.209	246.708	66.615	13.036	79.651	41.514
2017	372.893	191.871	61.419	253.290	74.662	6.621	81.282	38.320
2018	365.971	177.397	62.149	239.546	85.322	5.546	90.868	35.557
2019	329.495	146.533	64.464	210.997	73.591	6.869	80.460	38.038
2019-2016	-38.378	**-50.966**	**15.255**	**-35.711**	**6.976**	**-6.168**	**809**	**-3.476**

Fonte: IBGE/PNAD Contínua

Para o âmbito municipal, é possível fazer uma caracterização das condições dos domicílios de pessoas em situação de pobreza, com base no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo do Maranhão (CadÚnico). O número de domicílios construídos com material inadequado nas paredes reduziu (-3.608) nos municípios de menor IDH, no período de 2016 a 2021. As reduções mais significativas foram entre aqueles domicílios que possuíam parede de taipa não revestida (-2.102) e outros materiais (-2.025), conforme tabela baixo.

Tabela 5: Número de domicílios com material das paredes considerado adequado e inadequado nos municípios do Mais IDH – 2016 a 2021

ANO	Total de domicílios	Domicílios adequados	Domicílios inadequados	Material das paredes externas				Domicílios sem preenchimento de informação
				Taipa não revestida	Madeira aproveitada	Palha	Outros materiais	
2016	97.802	56.659	32.604	26.135	344	1.333	4.792	8.539
2017	99.710	58.792	31.888	25.987	334	1.482	4.085	9.030
2018	100.341	60.493	30.827	25.422	400	1.618	3.387	9.021
2019	103.148	63.733	30.348	25.267	384	1.714	2.983	9.067
2020	101.963	63.820	29.212	24.363	391	1.721	2.737	8.931
2021	109.537	70.795	28.996	24.033	349	1.847	2.767	9.746
2019-2021	**11.735**	**14.136**	**-3.608**	**-2.102**	**5**	**514**	**-2.025**	**1.207**

Fonte: Ministério da Cidadania (MC)/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/VIS Data
Nota: Foi considerado o mês de dezembro para os anos de 2016 a 2020 e o de novembro para 2021, por ser a última informação disponível.

3. Situação atual e perspectivas

Apesar das problemáticas estruturais, a análise demonstra que o programa obteve bons resultados. Tendo em vista se tratar de um programa de habitação, tal qual o programa Minha Casa, Minha Vida, entende-se que a atuação em conjunto contribuiu para que o déficit habitacional tenha sido impactado.
Certamente os dados de Censo Demográfico mais recente tenderiam a dimensionar os impactos de maneira mais efetiva, apesar disso, as metodologias de análise alternativas constataram a importância do Programa no cenário dos 30 municípios de menor IDH do Estado.

4. Considerações

O PMCMM impactou positivamente a vida da população beneficiária. Muitos não imaginavam ou não acreditavam que um dia poderiam ganhar uma casa de alvenaria do governo. Uma beneficiária do povoado Preazinho, em Belágua, relatou: “tô muito feliz de ganhar um projeto desse que foi muito bom. Muito bom mesmo. A gente nunca esperava que um dia ia chegar assim aqui no nosso povoado uma casa beneficiada. Tudo bem legalizado. Tudo bonitinho entendeu. Tão de parabéns. E muito feliz mesmo. A gente nunca esperava assim que a gente ia um dia ganhar essas casas, né? Mas hoje nós já temos. Hoje já

vieram, já tão terminando de realizar pra gente poder passar pra de baixo. E es-tamos muito felizes mesmo".

Sugere-se que os mecanismos de monitoramento das ações de capacitação profissional sejam aperfeiçoados, assim como das quantidades de beneficiá-rios encaminhados às ocupações nas obras do pro-grama.

5. Referências Bibliográficas

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Social. Secretaria Adjunta de Promoção do Mais IDH. Plano Mais IDH: Cadernos de Projetos. São Luís, 2016b. V. 2.

MAIS IDH



FAPEMA

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEPLAN
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

IMESC
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos